

**XI Jornadas Argentinas de Estudios de Población
Ciudad de Neuquén, 21-23 de septiembre de 2011**

Processos urbanos e migração: o caso da RM de Campinas

Ednelson Mariano Dota*
IFCH-NEPO/UNICAMP
eddota@yahoo.com.br

José Marcos Pinto da Cunha♦
IFCH-NEPO/UNICAMP
zemarcos@nepo.unicamp.br

Resumo

O desenvolvimento do presente artigo busca compreender a interação entre migração e produção do espaço urbano, tendo como estudo de caso a Região Metropolitana de Campinas. As características do desenvolvimento demográfico desta região, altamente influenciada pela migração, cria a possibilidade do aprofundamento da análise sobre as características da migração, esta vista como resposta aos fatores estruturantes da metrópole. Para tal, apresentamos a discussão sobre a produção do espaço urbano e suas características, além de como a migração tem se apresentado no âmbito das áreas urbanas. Levando em consideração a RM de Campinas, buscamos o aprofundamento da análise da migração através de um *survey* específico, analisando as características da migração e seus desdobramentos.

Palavras-chave: migração; espaço urbano; RM de Campinas;

Introdução

As migrações, enquanto processo social, responderam ao longo do tempo as desigualdades verificadas no Brasil. Num primeiro momento, as desigualdades econômicas entre as regiões brasileiras foram as propulsoras das migrações de longa distância, preponderando o movimento campo-cidade, entre as regiões Nordeste e Sudeste, e atualmente, destacam-se

* Geógrafo, mestre e doutorando em Demografia (IFCH-NEPO/UNICAMP).

♦ Demógrafo, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Departamento de Demografia e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO), ambos da Unicamp.

também os movimentos intraurbanos, para os quais as desigualdades locais, socioespaciais e socioeconômicas surgem como os principais fatores responsáveis.

As mudanças das causas e motivações da migração acompanharam a modernização da sociedade brasileira, trazendo consigo novas e importantes variáveis que devem ser consideradas para o seu amplo entendimento.

Até meados da década de 70, o aporte teórico da estagnação das áreas de origem (SINGER, 1976) bem explicava as migrações, que respondiam ao momento econômico que atravessava o país e a configuração econômico-territorial brasileira. Entretanto, a partir da década de 80 começa a se verificar modificações relevantes nos pesos e características dos fluxos e, destacadamente, o retorno migratório começava a aflorar com importância no cenário migratório brasileiro. Com isto, uma nova configuração dos fluxos migratórios despontava, obviamente, como resposta aos fatores estruturais do país naquele momento.

As alterações iniciadas na década de 80 se aprofundam anos 90, momento em que, apesar de os fluxos migratórios de longa distância manterem-se relevantes, aqueles de curta distância, principalmente entre áreas urbanas, tornaram-se preponderantes para o crescimento de determinadas regiões e municípios, sobretudo as áreas metropolitanas. Tem-se então um novo contexto, com uma maior circulação dos migrantes pelos espaços migratórios (BAENINGER, 1999) mais atrativos, como São Paulo, e com os movimentos curtos com grande representatividade enquanto processo de redistribuição populacional no âmbito dessas áreas. É o início da desconcentração demográfica desde as metrópoles nacionais (CUNHA; BAENINGER, 2007), propiciado principalmente pelos movimentos mais curtos.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é o de caracterizar a migração na RM de Campinas e seus desdobramentos para a população. Da mesma forma, busca-se compreender esta tendência em relação aos processos de estruturação urbana da metrópole, da alocação espacial das atividades, segundo o desenvolvimento regional.

Produção do espaço urbano e migrações

O entendimento das motivações acerca de determinados processos sociais, como a migração, não passa apenas pela análise e compreensão de fatores estritamente demográficos,

mas também daqueles que influenciam num âmbito mais amplo, como a conjuntura econômica vivida em dado momento e seus reflexos diretos e indiretos.

Mais recentemente, paralelamente à urbanização¹ observada no Brasil, associada às mudanças da conjuntura econômica das últimas décadas (CUNHA; BAENINGER, 2007), houve um aumento da relevância dos movimentos migratórios de menor distância, que representam grande proporção da redistribuição espacial da população nas grandes aglomerações.

Desta forma, enfocar os movimentos migratórios no âmbito das áreas urbanas significa entendê-los à luz dos processos de desenvolvimento dessas áreas, ou seja, de todos aqueles atores e fatores que, de alguma forma, promovem ações que alterem o espaço urbano; produzem e o reproduzem, gerando impactos no modo de vida da população residente, o que acaba culminando na mobilidade residencial da população.

A produção do espaço torna-se central na análise não apenas das mudanças verificadas nas cidades contemporâneas, mas também em todos os fatores que direta ou indiretamente representam alterações nas condições de vida nas aglomerações antigas e naquelas mais recentes.

Essas mudanças constantes estão associadas ao aperfeiçoamento das formas urbanas, que se recriam a cada momento histórico e cada vez com maior velocidade. Segundo Carlos (1994), o mundo é um produto do homem e da sociedade, e o espaço produzido em cada momento aparece diferenciado, segundo as características predominantes que se modificam conforme as bases da sociedade se alteram.

A relevância gradual da dimensão econômica, essencial quando se considera a localização espacial, propiciou, paralelamente ao seu desenvolvimento, a degradação das condições de vida da população pobre. A deterioração das condições de vida nas áreas urbanas passou a se tornar mais relevante a partir da segunda metade do século XX, pois

a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1993: 95)

Em conformidade com o pensamento de Santos, Damiani (2005) salienta que pensar sobre o urbano de forma crítica é formular a hipótese sobre a impossibilidade dele para todos. Na

¹ Segundo estimativas do IBGE, em 2008, 85,4% da população brasileira viviam na área urbana.

verdade, o urbano, enquanto modo de vida atinge a maioria da sociedade, enquanto a cidade, lugar de concentração da população urbana, produção, circulação e consumo de bens e serviços, é franquida a algumas parcelas da população (RODRIGUES, 2007).

A ação do Estado, cuja concepção seria a de executar políticas de forma impessoal e pelos interesses da sociedade, acaba muitas vezes por reproduzir as desigualdades preexistentes. Analisar a sua atuação é levar em conta que “jamais se pode falar, quanto à sociedade capitalista, em uma separação radical entre o político e o econômico” (DAMIANI, 2005: 42).

Sendo o espaço urbano formado em um processo conjunto de ações públicas estatais e privadas, estas intervenções culminam em espaços privilegiados para a atuação do mercado. O interesse privado vê no urbano uma área em constante renovação e, conseqüentemente, como uma opção de investimento dinâmico. Explora, desta forma, todas as facetas, como os próprios investimento sociais, seja no momento das obras, através das empreiteiras e dos fornecedores de matéria-prima, quanto no pós-obras, através da legalização de espaços antes “ilegais”. Com isto, coloca esses “novos” pontos no mercado, como espaços valorizados e passíveis de serem negociados. Segundo o entendimento de Villaça (1993), é a acessibilidade de determinado ponto que explica a importância do valor de uso da terra urbana, sendo que, quanto mais centralizado o terreno ou imóvel, maior é o valor de uso, a partir do maior trabalho dispendido para a produção dessa centralidade.

Do outro lado desta discussão, e recebendo impactos diretos de toda a gama de ações públicas e privadas sobre o espaço urbano está a população. Esta se divide em dois grupos: no primeiro estão aqueles melhor posicionados quanto à questão econômica, com a possibilidade de escolha do local de habitação; no segundo, a maior parte da população, que habita onde a renda (e o mercado) possibilita.

Os movimentos sociais representam, em menor escala, a luta da maior parte da população em um movimento anti-mercado, ou seja, se apropriam das áreas através da ocupação e lutam pelo direito à cidade, e não apenas pelo local de habitação. Rodrigues (2007) afirma que a cidade enquanto direito social tem o pressuposto de direito coletivo, ou a universalização, sendo assim referenciado o valor de uso em detrimento do valor de troca, ferindo o atual processo de desenvolvimento urbano calcado na reprodução do capital.

Portanto, os movimentos sociais que lutam pela função social da terra podem significar um impasse para a mobilização da propriedade, fazendo com que as periferias tornem-se, ao

menos num primeiro momento, um percalço para o interesse capitalista (DAMIANI, 2005). Entretanto, a periferia é, de alguma forma, provisória, pois o processo de consolidação do urbano e da própria redefinição das centralidades urbanas tende à incorporação desses espaços pelo capital.

O processo de urbanização de favelas, por exemplo, situa-se mais como uma formalização de informais através de sua entrada no mercado imobiliário, do que propriamente uma política de melhoria nas condições de vida da população (DAMIANI, 2005). Dentre as ações que legitimam essa afirmação estão: a expulsão de parte da população ali instalada, através da seleção dos ocupantes regulares e irregulares e a redução do número de moradias, para criação de espaços institucionais e viários.

O que se tem então é um quadro complexo e desigual, onde o habitar com boas condições torna-se um produto no mercado, disponível para aqueles que tiverem capital para acessar. A parcela da população menos favorecida, que luta pela sobrevivência nas periferias pobres do espaço urbano, habita espaços que, devido à sua caracterização geral, nem podem ser considerados cidade, mas fragmentos urbanos.

Compreende-se então as cidades contemporâneas como o espaço que materializa as desigualdades e as condições e contradições de classes. Essa materialização, segundo Santos (1993: 96) está ligada a diversos fatores, como o modelo rodoviário, a carência de infraestrutura, especulação fundiária e imobiliária, extroversão e periferização da população, com um modelo “específico de periferia graças às dimensões de pobreza e seu componente geográfico”.

A migração nas cidades

Sabe-se que habitar nas periferias² pobres ou em favelas não é uma escolha individual, mas produto da ação modeladora dos agentes econômicos, que interferem na localização das instituições e nos usos da terra (CORRÊA, 2000: 15) que se faz nas cidades. Sendo assim, a organização espacial da população é de importância fundamental, seja para compreender o acesso a bens e serviços essenciais, seja pela importância dessa localização nas possibilidades de ascensão social.

² No sentido geográfico, periferia é definida como local distante, em torno do centro. Entretanto, criou-se um estigma da palavra, que passou a ser associada a pobreza nos grandes centros urbanos.

Portanto, os processos econômicos, sociais e demográficos que se influenciam dialeticamente no âmbito da complexa dinâmica metropolitana interferem diretamente nas possibilidades de localização espacial dos indivíduos, e consequentemente, na desigualdade, a partir do maior ou menor acesso a bens e serviços providos pelo Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que as desigualdades territoriais, responsáveis pela geração dos fluxos migratórios podem gerar novas desigualdades, a partir do novo local de residência dos migrantes.

Desta forma, a mobilidade espacial³ nas metrópoles deve ser analisada à luz dos processos de produção do espaço urbano, e nesse contexto a localização espacial da habitação pode implicar em distintas possibilidades para a população. Trabalha-se aqui com a perspectiva da migração enquanto resposta aos fatores estruturantes da metrópole⁴, como o mercado de terras e a divisão espacial do trabalho.

O processo de valorização/desvalorização fundiária, por exemplo, gera mobilidade a partir da modificação do uso do espaço nas cidades. Nesta perspectiva, o desenvolvimento dos meios de transporte e o investimento em infraestrutura viária tornaram o espaço metropolitano mais acessível, relativizando assim a escolha do local de moradia em relação ao local de trabalho (SOBREIRA, 2007: 21).

A redução do espaço/tempo a partir das possibilidades de locomoção culminou na exploração de novas áreas, cada vez mais distante do centro. Da mesma forma, o processo de realocação espacial das atividades econômicas alterou a funcionalidade dos diversos pontos.

O modelo centro-periferia, datado da década de 20, não mais responde às mudanças promovidas recentemente, principalmente pelas formas de produção e apropriação do espaço pelo capital (SPOSITO, 2004). Entretanto, Sposito (2007) indica que a periferização da população nas metrópoles brasileiras apresenta características típicas de países subdesenvolvidos, onde o termo periferia

associa-se ao reconhecimento de um conteúdo social em áreas residenciais distantes do centro, marcadas pela presença de moradias precárias e inacabadas, pela ausência ou insuficiência de meios de consumo coletivo,

³ Dentro do âmbito da mobilidade espacial, estão contidos tanto movimentos diários, como o casa-trabalho (mobilidade pendular), quanto a migração, definida aqui como mudança de residência usual.

⁴ Como será enfatizado mais adiante, isso não significa desconsiderar o efeito que a migração pode ter sobre o espaço e sobre as políticas públicas. Basta pensar na força que certos movimentos sociais podem ter sobre a produção do espaço urbano, ou mesmo a importância das redes sociais para direcionarem fluxos migratórios dentro das metrópoles (Cunha, Cunha e Jakob, 2011) para constatar a relação dialética que se estabelece entre os fenômenos.

resultantes de um processo de produção do espaço urbano orientado pelos interesses de implantação de loteamentos regulares ou irregulares em áreas distantes, cujos terrenos são mais baratos, tornando espaços não-urbanos em espaços que podem ser colocados no mercado como urbanos, ainda que não sejam dotados das condições mínimas para tal. (SPOSITO, 2007: 13)

Apesar da periferização estar relacionada a esta forma de ocupação, deve-se salientar que a periferia não se constitui apenas por áreas precárias, mas é o lugar de condomínios luxuosos, centros empresariais e por vezes de *shoppings center*. Por esses fatores, diversos autores salientam que são periferias, no plural por apresentarem diferenciações relevantes (KOWARICK, 1993; CORRÊA, 2000; SANTOS, 1993; SPOSITO, 2004 e 2007).

A partir desse entendimento, as novas periferias se apresentam de duas formas: a primeira se refere à população com maior poder econômico, que acessa lugares bem estruturados e com amenidades; a segunda forma, que ocupa pontos diversos da metrópole, apresenta uma tendência com menor acesso à infraestrutura e serviços, em pontos ainda não consolidados do espaço urbano e por isso mais acessíveis em termos econômicos.

Apesar de nos dois casos a periferia ser o destino mais comum, isso não significa uma maior interação entre classes; ao contrário, esses espaços são cada vez mais segregados. O poder de escolha do espaço de habitação está reservado a menor parte da população, ou seja, a mais abastada, ficando a população pobre à mercê de lugares distantes que consomem tempo e salário, e em geral, são desestruturados e menos acessíveis quanto às necessidades básicas.

Rodríguez e Busso (2009) enfatizam que a migração, em especial a intrametropolitana tem implicação direta no uso da infraestrutura urbana, sendo um dos determinantes da segregação residencial nas metrópoles. Desta forma, conhecer as características e as motivações da migração intrametropolitana (e de outras modalidades) e seus desdobramentos sociais pode representar ferramenta útil para aqueles que planejam a metrópole, passível de um crescimento planejado e que possa oferecer melhores condições para seus moradores.

Nas principais metrópoles brasileiras, como é o caso de São Paulo, a expansão urbana elevada e desordenada das últimas décadas teve e ainda tem custosos reflexos para a população. A baixa qualidade de vida urbana convive com situações incoerentes. De um lado, a população vivendo em locais com deficiências na infraestrutura urbana, e de outro, a produção de espaços vazios com infraestrutura. Estas incoerências do ponto de vista humano são coerentes do ponto de vista do capital, que busca a valorização das áreas vazias e o aumento da renda da terra. A

urbanização fragmentada é reflexo dessa política, visto que os espaços vazios em meio a áreas já urbanizadas tendem a sofrer valorização mais rápida (KOWARICK, 1993: 83).

No âmbito desses processos de produção e reprodução do espaço urbano e seus reflexos sociais, Cunha (1994, p.50) cita a possibilidade da existência de uma causalidade recíproca, onde a mobilidade populacional não seria apenas resposta, mas também influenciaria a estruturação das áreas urbanas. Em conformidade com esta hipótese, pode-se dizer que quando a população produz moradias em determinado espaço, através dos movimentos sociais, sem o consentimento dos agentes modeladores, como é o caso das favelas e ocupações, muda as características deste espaço e conseqüentemente altera o uso e o seu entorno. Por outro lado, como afirma Kowarick (1993: 85), a ocupação de determinada porção do território dependerá das suas características, sendo que somente em locais pouco valorizados para os incorporadores (morros com alta declividade, várzeas alagadiças, antigos lixões e etc.) a ocupação terá chance de tornar-se efetiva e poderá receber infraestrutura básica.

A migração, portanto, enquanto resposta aos fatores estruturantes da metrópole, condiciona e é condicionada pela desigualdade territorial. Condiciona quando os migrantes são direcionados para habitação em locais precários em relação à infraestrutura, e é condicionada porque não é um processo autônomo, mas provocado pelas condições sociais inerentes das dinâmicas metropolitanas, sobretudo entre pobres.

Migração na RM de Campinas

Os dezenove municípios⁵ componentes da RM de Campinas têm em seu histórico uma particularidade em relação a outros pontos do Estado de São Paulo: desde a década de 70 estão entre os municípios com maior crescimento demográfico, e mesmo recentemente apresentam tendência de continuidade neste processo, permanecendo como um dos principais pólos de atratividade de migrantes.

Ao longo das últimas décadas, entretanto, pôde-se observar mudanças relevantes em relação à atração e fixação de migrantes nos municípios, que acabou por aumentar ou reduzir a importância da migração como componente do crescimento demográfico dos mesmos.

⁵ Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Como podemos observar na Figura 1, os municípios com maior crescimento demográfico na última década foram aqueles ao norte de Campinas, configurando situação extremamente distinta em relação ao que foi constatado para décadas anteriores (ver BAENINGER, 2000; DOTA, 2011).

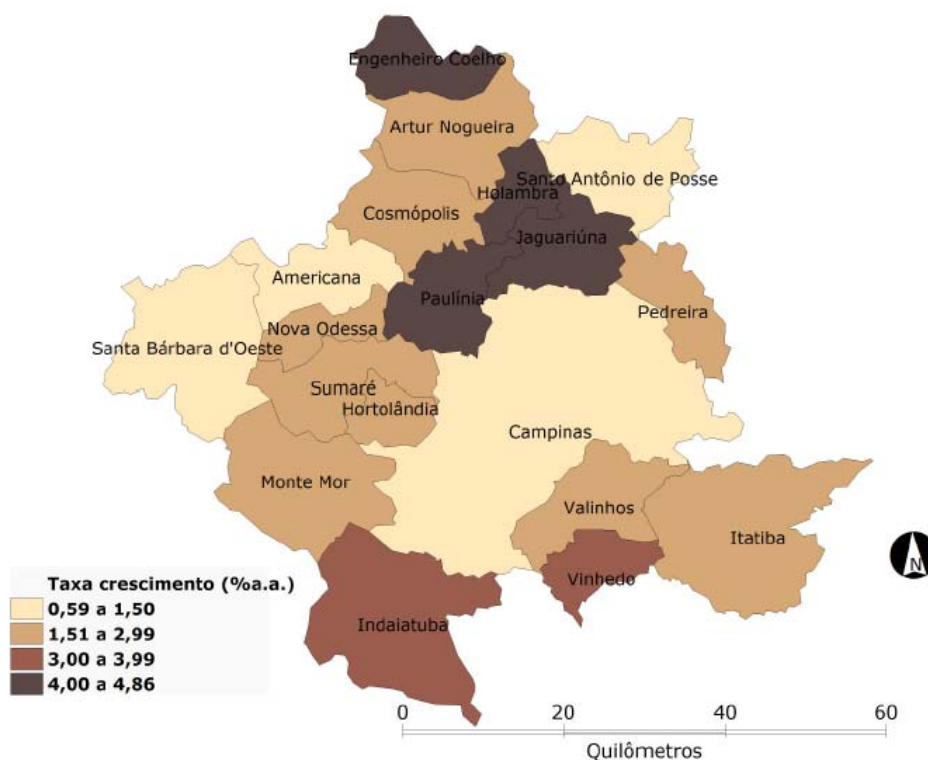


Figura 1. Mapa da taxa de crescimento geométrica média anual. Municípios da RMC. 2000 – 2010.

Fonte: Dota (2011)

A alteração na dinâmica de crescimento dos municípios, entretanto, não se alterou em relação ao peso dos seus componentes: os municípios com maior crescimento são aqueles com maior receptividade de migrantes, isto porque o saldo migratório regional, olhado em períodos quinquenais desde 1985 (Tabela 1), apresenta queda gradual a partir do período 1991/1995, enquanto o crescimento vegetativo, apesar da aceleração observada no período 1996/2000, vem apresentando redução desde a primeira metade da década de 80.

Períodos	Saldo Migratório	Crescimento Vegetativo	Total	Proporção relativa da migração
1980/85	95.212	140.906	236.118	40%
1986/90	150.054	132.739	282.793	53%
1991/95	144.356	131.805	276.161	52%
1996/00	132.801	136.175	268.976	49%
2001/05	128.462	114.784	243.246	53%
2006/10*	105.016	110.635	215.651	49%
Total	755.901	767.044	1.522.945	50%

Tabela 1. Saldo migratório e crescimento vegetativo quinquenal. RMC. 1980/2010

*Dados estimados para 2010. Fonte: Fundação Seade. Organizada pelo autor.

Quando observamos os dados da Tabela 1 enquanto linha de tendência (Figura 2), vemos que o saldo migratório apresenta relativa manutenção no período, enquanto o crescimento vegetativo mostra redução e, conseqüentemente, perda na importância relativa para o crescimento demográfico dos municípios da RM de Campinas (DOTA, 2010; 2011).

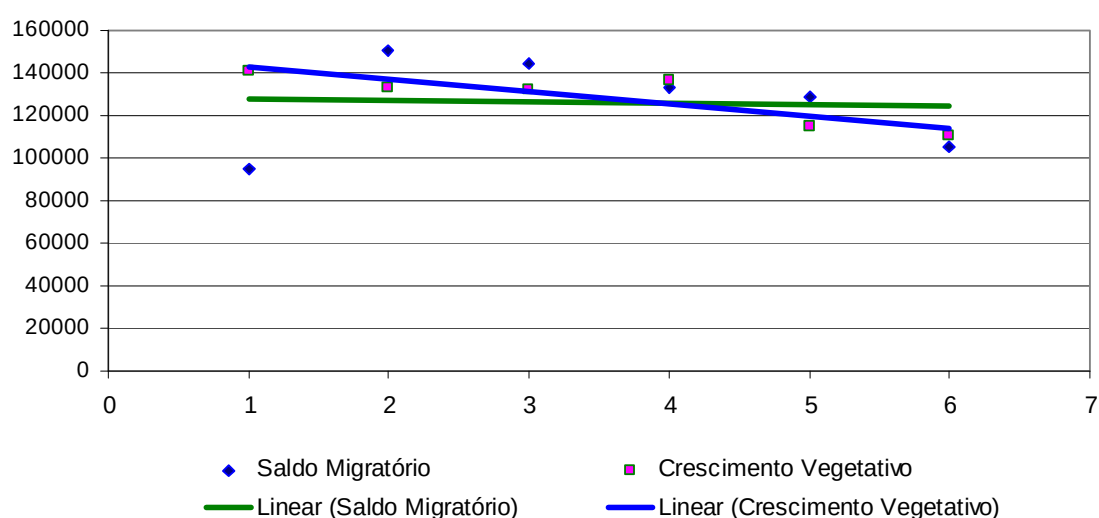


Figura 2. Gráfico do saldo migratório e do crescimento vegetativo quinquenal. RMC. 1980 – 2008.

Fonte: Fundação Seade. Organizado pelo autor.

Neste contexto, duas considerações mostram-se relevantes: em primeiro lugar, o entendimento da atual configuração regional em relação às condições sócio-demográficas nos

pontos urbanos deve levar em consideração a migração e seus condicionantes, que responderam por aproximadamente metade do crescimento demográfico dos municípios da região durante as três últimas décadas. Em segundo lugar, tendendo a migração a continuar sendo representativa no crescimento demográfico regional, sua análise torna-se central para o planejamento e execução de políticas públicas para as áreas urbanas, visto a importância desse planejamento para a não proliferação de pontos residenciais precários.

A análise da Figura 3 é representativa em relação à distribuição populacional na região, pois revela, por exemplo, um grande diferencial entre os municípios que receberam migrantes intrametropolitanos no período de 1995-2000. A maior parte dos municípios com taxa líquida de migração superior a 2,01% ao ano teve importância enquanto receptores de migrantes intrametropolitanos (exceto Engenheiro Coelho e Vinhedo) que, como se sabe, apresentam motivações e condições distintas em relação aos migrantes com residência anterior em outros municípios do Estado de São Paulo ou em outros estados do país (Cunha, 2010).

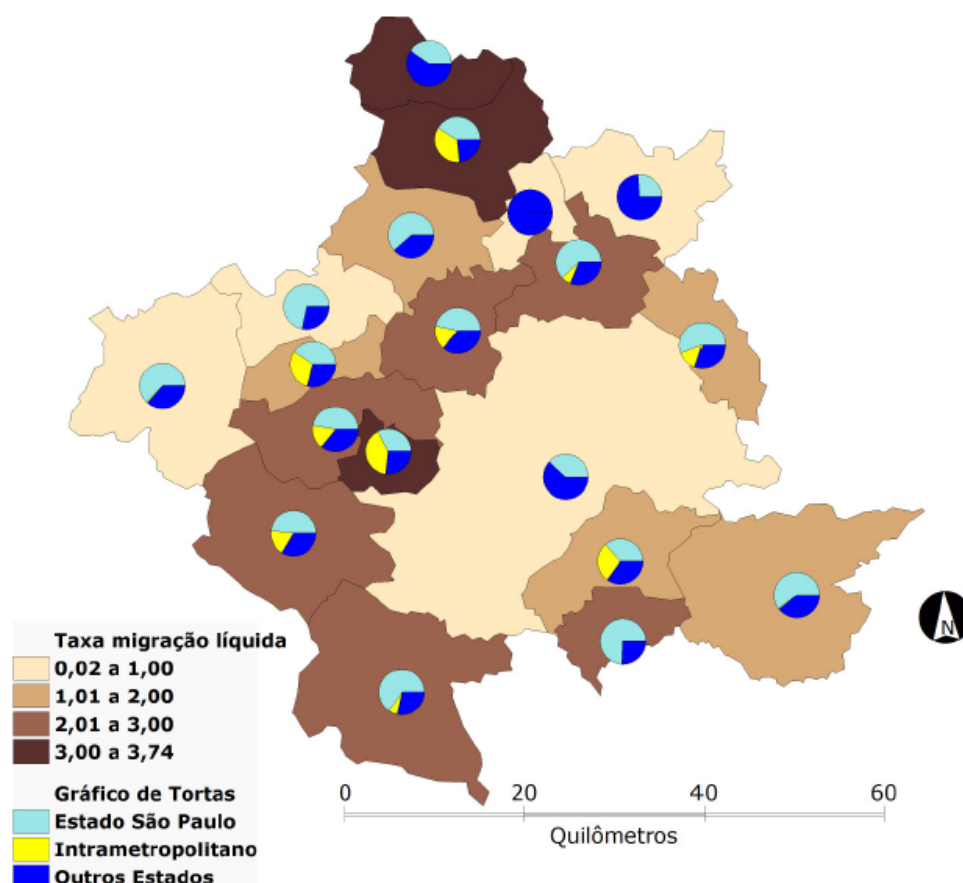


Figura 3. Mapa da taxa de migração líquida anual (% a.a.) e participação do saldo migratório total segundo origem dos migrantes. Municípios da RMC. 1995-2000

Fonte: Dota (2011)

A atratividade distinta em relação aos diversos fluxos são indícios de que existem diferenciais relevantes entre os municípios, que podem estar ligados às políticas públicas, aos empreendimentos imobiliários e processos especulativos que acabam influenciando e direcionando os fluxos migratórios, cada um segundo as suas especificidades.

Os dados da pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade⁶, que utilizaremos aqui, ajuda-nos a entender um pouco mais a respeito das motivações da migração, e as características que estas tem apresentado no âmbito da RM de Campinas.

Acessibilidade e migração

Como discutido anteriormente, uma das motivações que podem originar os movimentos migratórios, em todas as suas modalidades é a busca por melhores condições de vida, considerando esta de forma ampla e não apenas do ponto de vista econômico.

Em geral, pelos dados disponíveis nas pesquisas tradicionais, não é possível a afirmação ou a negação se de fato a migração representa ou não melhora nas condições de vida do migrante, uma vez que, em geral, não se dispõe de dados sobre a condição anterior de vida deste. Entretanto, apesar dessa impossibilidade, vários especialistas (CUNHA; BAENINGER, 2007; BRITO, 2000) vêm reforçando o descolamento dos movimentos migratórios da mobilidade social, indicando que no atual contexto de desenvolvimento econômico e urbano a mobilidade espacial não necessariamente apresenta oportunidades segundo as expectativas daqueles que se colocam em movimento.

O que se pretende nessa seção, a partir da análise das características do domicílio e de acesso a serviços é entender como os migrantes estão se inserindo na região, tanto em comparação com migrantes de outras modalidades quanto aos “não-migrantes”⁷.

⁶ Esta pesquisa, de 2007, visitou 1824 domicílios na RM de Campinas, contando com alguns diferenciais em relação aos dados levantados pelo Censo. No caso específico de mobilidade, o lugar de residência anterior, tempo de residência no município e no bairro e o número de mudanças realizadas estão entre os principais pontos de destaque da pesquisa

Deve-se, entretanto, levar em consideração alguns fatores importantes quanto à infraestrutura básica nesta região, principalmente pelo nível de atendimento alcançado nos municípios. Em alguns deles, por exemplo, esta se aproxima da universalidade, muito embora, como será mostrado, os dados acusam diferenciais relevantes segundo grupos da população. As análises levadas a cabo serão feitas para a região como um todo, pois a desagregação de muitos dos dados fica impossibilitada de se realizar por município, considerando o tamanho da amostra.

Em relação à condição da rua em que o domicílio se situa, devem-se considerar alguns pontos importantes: residir em local com rua de terra não necessariamente significaria condição precária, já que existem diversos condomínios de chácaras, por exemplo, de alto padrão. Por outro lado, o que os dados demonstram aqui é o contrário, visto que, apesar de uma quase universalidade em termos de região, existe uma grande disparidade quando analisado por renda.

Esta discrepância, segundo a renda domiciliar, caminha paralelamente à idéia de que, apesar de haver as mais diversas situações de ocupação do espaço urbano, a distribuição dos produtos e serviços é desigual, não atendendo de forma equitativa todas as parcelas da população. A Tabela 2 mostra claramente essa relação segundo a renda, que pode ser observada para os outros tipos de infraestrutura considerados.

Rendimento domiciliar	Condições da rua		Guias e Sarjetas	Calçada
	Pavimentada	Terra	Não	Não
Sem renda	86.6	13.4	17.8	17.8
Até 2 SM	86.2	13.8	17.1	15.8
de 2 a 5 SM	92.1	7.9	8.1	8.1
Mais de 5 SM	97.7	2.3	4.5	2.9
Total	93.2	6.8	8.3	7.5
n	(702)	(54)	(71)	(60)

Tabela 2. Acesso à infraestrutura básica segundo rendimento domiciliar (%). RMC. 2007

Fonte: Dota (2011).

Considerando os totais de cada coluna, ou seja, a média do acesso a cada serviço para toda a população, fica evidente a desigualdade: aqueles classificados até dois salários mínimos apresentam porcentagens de acesso menores em todas as variáveis consideradas, enquanto

⁷ A categoria “não-migrante” considerada aqui se refere às pessoas que nunca mudaram de residência, ou seja, mesmo aqueles que não mudaram de município mas que mudaram de residência ou bairro são considerados migrantes intramunicipais.

aqueles com mais de cinco salários apresentam-se com situação mais confortável, beirando a universalidade do serviço. A proporção entre dois e cinco salários mínimos, categoria que representa grande parcela da população regional, apresenta dados no limiar das médias, ou seja, melhores do que a proporção com menor renda, mas distantes ainda daqueles com maiores rendimentos.

Esta diferença segundo os rendimentos se traduz da mesma maneira quando analisamos os dados de acesso aos serviços segundo condição migratória, como apresentado na Tabela 3. O migrante intrametropolitano apresenta-se melhor posicionado em todos os aspectos considerados em relação aos migrantes externos, e inclusive aos não migrantes. Os “não-migrantes” apresentam-se próximo às médias para a população como um todo, e melhor posicionados, entretanto, em relação aos migrantes externos.

		Condições da rua		Guias e sarjetas	Calçada	Iluminação	N
		Pavimentada	Terra	Não	Não	Não	
Condição migratória	Não migrante	93.8	6.2	6.7	6.8	1.4	(412)
	Intrametropolitano	96.3	3.7	7.9	3.6	0.6	(98)
	Externo	91.7	8.3	9.5	8.5	1.5	(426)
	Total	93.2	6.8	7.9	7.2	1.3	(936)

Tabela 3. Acesso à infraestrutura básica segundo condição migratória (%). RMC. 2007

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007 *apud* Dota (2011).

Em relação aos “não-migrantes”, algumas considerações mostram-se importantes: estes apresentam uma situação intermediária, já que estão em melhores condições em relação aos migrantes de outros estados, mas com menos acesso em relação a todos os outros fluxos. Os migrantes, ao menos daqueles fluxos com maiores acessos, apresentariam situação melhor a partir da mobilidade, que possibilitaria o aproveitamento das oportunidades da metrópole.

Entretanto, o acesso à infraestrutura não representa qualidade na prestação de outros serviços essenciais à população, mas são ferramentas utilizadas para a valorização dos empreendimentos. Isso porque todos os aspectos considerados na Tabela 2 são visuais, ou seja, a preparação de um loteamento novo com essa infraestrutura agrega valor, sem que, no entanto,

outros serviços tenham garantia de atendimento esperado pela população que ali se instala. Na Tabela 4, podemos visualizar o diferencial em relação à qualidade dos serviços.

		Água	Esgoto	N
		Fornecimento constante	Ligado à rede geral	
Condição migratória	Não migrante	90.8	90.9	(407)
	Intrametropolitano	85.2	71.2	(97)
	Externo	89.0	90.2	(415)
	Total	89.2	88.0	(1434)

Tabela 4. Fornecimento de água e ligação de esgoto segundo condição migratória (%). RMC. 2007

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007 *apud* Dota (2011).

Esses dados, se comparados com aqueles anteriormente apresentados, parecem até incoerentes, principalmente pela constante variação: em vários momentos os migrantes intrametropolitanos apresentaram-se mais bem posicionados, mas quanto à qualidade dos serviços de água e acesso à rede de esgoto aparecem em situação contrária.

Pensando novamente em relação à produção do espaço urbano, pode-se esboçar alguma interpretação sobre os motivos para essa contradição nos dados. Os migrantes intrametropolitanos apresentam maior propensão à migração por questões habitacionais, e maior proporção daqueles que conseguiram a propriedade da casa própria em relação aos migrantes externos, com destaque para o fluxo do centro metropolitano para o entorno.

O que explicaria esse diferencial apresentado para qualidade dos serviços de água e esgoto seria o fato de que, para ascender à propriedade da casa própria, os migrantes teriam que optar por locais ainda não consolidados, em formação nas áreas periféricas do entorno metropolitano que, apesar de já oferecerem ao menos a infraestrutura básica (esta certamente utilizada para a valorização do empreendimento), não apresenta garantias em relação à qualidade dos serviços prestados à população.

O “não-migrante”, por outro lado, apresenta vantagem pela imobilidade, ou seja, a consolidação gradativa do espaço urbano acaba por transformar a área de habitação, anteriormente com condições precárias, passando por melhorias em relação aos serviços e à

infraestrutura. Pela importância da não migração, buscaremos analisar alguns aspectos relevantes na próxima parte.

Mobilidade e imobilidade: aspectos relevantes

A parcela da população que não migra apresenta condições diversas, situando-se em melhor ou pior situação em relação aos migrantes, dependendo da variável considerada. Um dos pontos relevantes para essas diferenças é o processo gradativo de consolidação da metrópole, que através da incorporação de novas áreas beneficia pontos antes precários.

Assim, torna-se importante compreender os motivos de não migrar, e analisar até que pontos a imobilidade é uma escolha ou uma condição. Se a migração geralmente ocorre por processos fora do controle do migrante, talvez a imobilidade também não seja uma opção, mas uma condição para a não degradação das condições de vida de parte da população.

Para compreender tais questões, existem diversos pontos importantes que devemos considerar em relação às motivações de não migrar, como as características sócio-demográficas e socioeconômicas da população, que refletem em condições propícias ou não para migrar, visto os custos desse processo.

Em relação à situação socioeconômica, os “não-migrantes” encontram-se em situação ligeiramente melhor, principalmente pela menor proporção de domicílios com renda de até um salário mínimo *per capita*, conforme demonstram os dados da Figura 4.

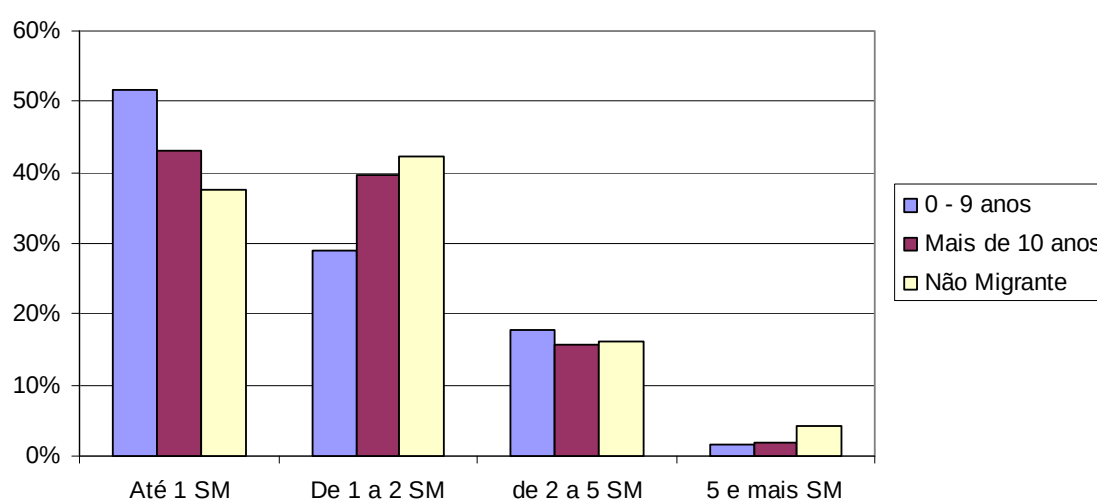


Figura 4. Gráfico da renda domiciliar *per capita* em salários mínimos segundo condição migratória. RMC. 2007.

Fonte: Dota (2011)

Esses dados, principalmente daqueles com renda *per capita* maior do que cinco salários mínimos corroboram os resultados apresentados por Cunha (2010), que mostra que aqueles indivíduos com maior renda tenderiam a ter uma mobilidade menor. Entretanto, registrar uma mobilidade menor para a população de alta renda estaria dentro do esperado, tendo em vista que a população mais abastada migra com destino a melhores lugares.

Não se pode relacionar, entretanto, a imobilidade a melhores condições de vida, pois os dados apresentados anteriormente não mostram diferenças relevantes, tanto em relação aos acessos quanto à renda. Defende-se aqui a idéia de que a imobilidade, em alguns casos, é outro modo de resposta ao fator principal que condiciona e motiva a migração, ou seja, a sobrevivência na metrópole.

A importância de outras variáveis para a compreensão da tendência à imobilidade, principalmente aquelas ligadas às características sócio-demográficas da população, especialmente o ciclo vital, está no peso destas variáveis para o orçamento familiar. Com maior presença nas residências dos “não-migrantes”, os jovens e idosos culminam numa maior proporção de pessoas que não trabalham, afetando assim diretamente as condições econômicas e dificultando a mobilidade, mesmo que as condições de vida apresentem motivo para esse movimento.

Quando analisamos a idade média da população a partir da condição migratória, vê-se que o “não-migrante” apresenta a idade média mais baixa, com 29,2 anos, enquanto o migrante de outros municípios do Estado de São Paulo a idade média mais alta, com 45,9 anos. Os migrantes intrametropolitanos apresentam idade média de 38,7 anos, conforme pode ser analisado na Tabela 17.

		Idade Média	Razão de dependência (%)			
			Jovem	Idosa	Total	n
Condição migratória	Não migrante	29.2	46.1	13.0	59.1	(3178)
	Intrametropolitano	38.7	18.3	18.8	37.1	(479)
	Externo	42.6	7.7	16.8	24.5	(2225)
	Total	35.0	27.2	15.1	42.3	(5882)

Tabela 5. Idade média da população e razão de dependência segundo condição migratória. RMC. 2007

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007 *apud* Dota (2011).

Uma análise mais refinada a partir da razão de dependência mostra o peso de cada grupo de idade (jovens, adultos e idosos) e aponta indícios da importância dessa estrutura para a migração regional. Essa relevância reside na questão econômica, pois uma maior proporção de dependentes significa menor renda *per capita*, ou seja, menores possibilidades de se colocar em movimento.

Os “não-migrantes” apresentam a mais alta razão de dependência, influenciada principalmente pelos jovens, e uma razão de dependência idosa próximo da média regional, com 13 pontos percentuais. A estrutura familiar mostra-se então importante variável para a mobilidade, visto sua ligação direta com a questão econômica familiar. Entretanto, os diferenciais dos migrantes em relação aos “não-migrantes” são esperados, visto que a migração é seletiva.

O tamanho das famílias também mostra-se relevante: aquelas com maior número de pessoas tenderiam a apresentar maiores dificuldades para migrar, dada a importância da questão econômica para esse movimento. Deve-se, entretanto, considerar que o tamanho e a organização das famílias variam ao longo do tempo, a partir do desenvolvimento do ciclo vital.

Em síntese, a imobilidade pode ser entendida de duas formas, segundo dois grupos populacionais: o primeiro representa a porção que apresenta boas condições de vida, e o segundo é aquele que, mesmo apresentando condições insatisfatórias, não dispõem de situação propícia para realizar o ato de migrar, principalmente pelo quesito econômico.

O segundo grupo dos “não-migrantes” é aquele que apresenta condições socioeconômicas e de acesso aos serviços urbanos menos consolidados, habitando muitas vezes áreas com condições de habitação precárias. Essa porção dos “não-migrantes” apresentaria condições propícias para se colocar em movimento em busca de melhores condições, mas as características sócio-demográficas criariam empecilhos mais fortes do que aqueles que levariam a migrar, tornando-os imóveis territorialmente, não por opção, mas por estar condicionado a tal.

Considerações Finais

A partir dos dados apresentados vemos que a migração, sobretudo na RM de Campinas, está grandemente influenciada pelo desenrolar dos processos urbanos. Estes processos, que interagem com os mais diversos atores (Estado, mercado, movimentos sociais) acabam condicionando e direcionando os movimentos populacionais, e, de alguma forma, também sendo condicionado por estes movimentos, numa relação de certa forma dialética.

Os diferenciais segundo condição migratória demonstram que outros fatores, como as redes sociais, o tempo de residência e a estrutura familiar são relevantes quando se analisa a migração, sendo cada um com influencias específicas, seja promovendo, dificultando ou impedindo o movimento migratório.

Estes fatores culminam em condições de acessibilidade desiguais, tanto entre os migrantes quanto em relação aos “não-migrantes”. A acessibilidade a serviços básicos e infraestrutura necessária para uma vida digna não está ligada às necessidades sociais, mas sim diretamente associada ao mercado, culminando em relevantes desigualdades sócio-espaciais. O caráter econômico das áreas urbanas no atual momento do capitalismo tende a aprofundar ainda mais as desigualdades, sobretudo se não houver ações afirmativas por parte daqueles que planejam e direcionam o desenvolvimento urbano-regional, com destaque para as instituições públicas.

Portanto, estudar as complexas e profundas modificações estruturais numa metrópole como a de Campinas não é possível sem considerar o impacto social da estruturação urbana, e, a migração como fator chave, mostra-se importante “termômetro” destas modificações, sobretudo para a população pobre. Nesta perspectiva, analisar os fenômenos sociais e buscar uma melhor provisão para as suas necessidades são passos iniciais para um desenvolvimento urbano-social mais justo, que só será possível com um descolamento da questão social do mercado que se tornou as áreas urbanas.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, R. (1999), Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996, (tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____(2000), Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. Campinas: NEPO/UNICAMP.

BRITO, F. (2000), “Brasil, final de século: a transição para um novo padrão Migratório?”, Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, Caxambu, Cedeplar.

CARLOS, A.F.A. (1994), A cidade. São Paulo: Contexto.

CORRÊA, R. L. (2000), O espaço urbano. Editora Ática. São Paulo.

CUNHA, J. M. P. (1994) Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp.

_____; BAENINGER, R. (2007) “Lãs migraciones internas em el Brasil Comtemporáneo”. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82.

_____; (2010), “Mobilidade intrametropolitana, redes sociais e vulnerabilidade: um estudo sobre a Região Metropolitana de Campinas”. In: Anais do IV Congresso da Associação Latino-americana de População (ALAP), 2010, Havana.

Cunha, T.A., Cunha, J.M.P.; Jakob, A.A.E; (2011) Dinâmica Intra-Urbana e Redes Sociais na Baixada Santista. Revista Brasileira de Estudos de População (no prelo).

DOTA, E. M. (2010), “Caracterização da Mobilidade Intrametropolitana e seus condicionantes na Região Metropolitana de Campinas pós 2000” .In: Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP, Caxambu-MG.

DOTA, E. M. (2011), Migração na RM de Campinas: produção do espaço urbano e impactos sociais. Campinas- SP. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

KOWARICK, L. (1993), A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RODRIGUES, A. M. (2007), “A cidade como direito”. *Scripta Nova. Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, num.245 (33).

RODRIGUES, J.; BUSSO, G. (2009), Migración interna y desarrollo em América Latina entre 1980 y 2005: Um estudo comparativo com perspectiva regional basado em siete países. CEPAL, Chile.

SANTOS, M. (1993), A urbanização brasileira. Hucitec, São Paulo.

SINGER, P.I. (1976), Economia política e urbanização. 3ed. CEBRAP, Brasiliense.

SOBREIRA, D.P. (2007), A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas. Campinas. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

SPOSITO, M. E. B. (2004), “Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil”. *Investigaciones Geográficas*. México, v.54, p.114 – 139.

_____. (2007), “Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulist”. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (11).

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Fapesp/Lincoln Institute/Nobel, 1993.